

AGRONEGÓCIO NO VALE DO RIBEIRA: caracterização da realidade e proposta de intervenção numa região carente

José Sidnei Gonçalves¹
Sueli Alves Moreira Souza²

1 - INTRODUÇÃO

O Vale do Ribeira se caracteriza por estar entre as mais carentes regiões do Estado de São Paulo, o que também ocorre quando se comparam os indicadores sociais regionais e das demais áreas do território nacional. O enfrentamento dessa realidade exige a caracterização da realidade para, a partir dela, promover a articulação de instrumentos de intervenção estatal que alterem o ritmo da economia regional, conferindo-lhe dinamismo que a conduza ao desenvolvimento, realizando esse processo numa velocidade superior às demais regiões para que seja reduzida a distância inter-regional. Trata-se de um enorme desafio desenhar mecanismos de políticas públicas capazes de superar os constrangimentos que obstaculizam a transformação da realidade local.

O Vale do Ribeira tem no turismo, na mineração e no agronegócio os principais segmentos da economia regional. As restrições naturais, associadas às de caráter ambiental, se, de um lado, representam uma grande oportunidade dentro da concepção de desenvolvimento sustentável, por outro, representam uma enorme limitação por impedir que avancem, na região, as atividades tradicionais com a base técnica e econômica ocorrentes no Planalto Paulista. A grande reserva ambiental paulista localizada na região exige, mais que em outro lugar, a estruturação de atividades econômicas intensiva em terra, ao mesmo tempo em que sejam compatíveis com a preservação ambiental. A caracterização dessa realidade e a propositura de diretrizes de inter-

venção governamental para o desenvolvimento sustentável com base no agronegócio são o objetivo deste ensaio.

Num primeiro momento é fundamental determinar os limites geográficos da região conhecida como Vale do Ribeira, pois há uma enorme discrepância nas várias organizações públicas estaduais com base regional de atuação. Por exemplo, na regionalização da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) quando comparada com a de bacias hidrográficas, acaba por envolver municípios de duas regionais: a de Registro e a de Itapeva. Isso porque o Alto Vale do Ribeira está vinculado na SAA à regional de Itapeva, que abarca parte do Sudoeste Paulista, região também com baixos indicadores sociais. Dessa maneira, neste trabalho, utiliza-se o conceito de Vale do Ribeira definido com base na bacia hidrográfica, envolvendo os municípios de: Registro, Apiaí, Iguape, Jacupiranga, Juquiá, São Lourenço da Serra, Sete Barras, Cajati, Cananéia, Eldorado, Juquitiba, Ilha Comprida, Tapiraí, Miracatu, Pariquera-Açu, Itaoca, Itariri, Pedro de Toledo, Barra do Chapéu, Iporanga, Itapirapuã Paulista e Barra do Turvo.

Num segundo momento, há que se caracterizar a realidade do Vale do Ribeira no tocante ao agronegócio tendo claro que não há uma uniformidade nos indicadores econômicos e sociais e que propostas genéricas de intervenção, numa base estrutural marcada pela complexidade e heterogeneidade de situações, podem levar ao aprofundamento das disparidades regionais fazendo com que municípios e segmentos adquiram indicadores econômicos e sociais similares aos verificados no Planalto Paulista, enquanto outros continuariam cingidos a manter níveis de desenvolvimento muito precários. Para isso, classificaram-se os municípios regionais por faixas do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), para então aprofundar-se na análise das microrrealidades, dentro do pressuposto de que a diversidade de situações configura a necessidade

¹Engenheiro Agrônomo, Doutor em Ciências Econômicas, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola e Coordenador da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios.

²Economista, Assistente Técnico de Pesquisa Científica e Tecnológica do Instituto de Economia Agrícola e Assistente Técnico de Direção da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios.

de uma variedade de mecanismos de intervenção, e onde as médias pouco explicam como medidas estatísticas de posição numa realidade marcada pela dispersão.

Num terceiro momento serão discutidas diretrizes para o desenvolvimento do mosaico de realidade que configuram o agronegócio do Vale do Ribeira, o que exige uma formulação da intervenção estatal que leve em conta essas diferenças, de forma a produzirem uma transformação regional que ao mesmo tempo em que leve à redução da distância inter-regional, também faça o mesmo no contexto intra-regional. Isso porque tem-se a convicção de que propostas genéricas pouco contribuirão para a harmonização dos indicadores sociais dentro do Vale do Ribeira. Procura-se também articular os vários instrumentos disponíveis dentro de uma nova abordagem, ao mesmo tempo em que se agregam outros para completar a estrutura necessária de intervenção governamental.

2 - CARACTERIZAÇÃO DA REALIDADE DO AGRONEGÓCIO REGIONAL

A realidade do Vale do Ribeira para ser compreendida na sua plenitude, no sentido de realizar-se a formulação consistente de políticas públicas, exige que se tenha clareza de que não se trata de um todo harmônico e homogêneo. Ao contrário, a chamada discussão da pobreza regional pela média, comparando-se pura e simplesmente o IDH regional com o das demais regiões, pode redundar em equívocos graves. O pior deles estaria na concentração das políticas públicas no entorno da sede regional, marginalizando ainda mais os demais municípios da região. Para tanto, discutem-se aqui os indicadores desagregados da região, identificando os municípios e os índices parciais formadores do IDH, para permitir caracterizar, de maneira precisa, o quadro de pobreza regional.

2.1 - Dramaticidade da Pobreza: desigualdade inter-regional e intra-regional

Analisando o desempenho regional com base no IDH, o primeiro ponto a considerar é que o Vale do Ribeira, no seu conjunto, representa a região de menor IDH médio entre as 11 regi-

ões administrativas do Estado de São Paulo com índice de 0,713 em 1996, situa-se no plano nacional entre o Pará (0,703) e Sergipe (0,731) e no contexto internacional entre a Indonésia (0,679) e a África do Sul (0,731). Ressalte-se que isso não significa que a região não tenha se desenvolvido, mas sim que o ritmo desse processo não conduziu à redução das distâncias em relação às demais regiões paulistas, pois os índices regionais foram: 0,430 (1970), 0,620 (1980), 0,694 (1991) e 0,713 (1996).

O segundo ponto é que esse desenvolvimento promoveu o aprofundamento da desigualdade intra-regional, reproduzindo com maior dramaticidade o ocorrido em todo o Brasil, pois esse fato ocorre num região carente. No denominado Vale do Ribeira encontram-se municípios cujo padrão é inclusive superior ao verificado em muitos outros do Planalto Paulista, que é o que ocorre com Registro cujo IDH de 0,8358 o coloca em 177º lugar entre os municípios paulistas. Dessa maneira, há uma nítida indicação de que o processo de desenvolvimento verificado na região concentra de forma indesejável seus efeitos na sede regional, exigindo esforços no sentido de desconcentrar no sentido intra-regional a aplicação dos mecanismos de intervenção estatal, em especial de infra-estrutura.

O terceiro ponto, importante para a ação da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, está no fato de que os municípios mais pobres do Vale do Ribeira estão muito longe do eixo de Registro, mas localizados rio acima, no Alto Ribeira, cujos IDHs são os menores do território paulista. Na verdade, à exceção de Registro, todos os demais municípios regionais perfilam entre os mais pobres do Estado. Entretanto, em nenhum lugar essa pobreza se mostra tão dramática como no Alto Ribeira e nos municípios próximos do litoral de Itariri e Pedro de Toledo. Dos 7 municípios mais pobres do Vale do Ribeira, 5 não estão na regional de Registro da SAA, mas na de Itapeva. A zona mais pobre do Estado de São Paulo está na verdade localizada nos contrafortes da Serra de Paranapiacaba, em ambas as encostas e não no Vale do Ribeira propriamente dito, embora seja nítido que no Vale existem níveis de pobreza inaceitáveis. Se incluem nesse rol outros municípios do Alto Vale do Paranapanema como Ribeirão Branco, Guapiara, Bom Sucesso de Itararé e Nova Campina (Tabela 1).

O quarto ponto está na relação direta

TABELA 1 - Distribuição dos Municípios do Vale do Ribeira, por Faixa do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), 1996

Município	IDH	Expectativa de vida	Educação	Renda	Classificação no Estado
I - Mais de 0,7500					
Registro	0,8358	0,7256	0,8522	0,9297	177
II - 0,7000 a 0,7499					
Apiáí	0,7055	0,6765	0,8187	0,6214	500
Iguape	0,7225	0,7525	0,8105	0,6045	460
Jacupiranga	0,7392	0,7754	0,7925	0,6498	410
Juquiá	0,7187	0,7221	0,8088	0,6251	472
São Lourenço da Serra	0,7237	0,7245	0,7966	0,6501	457
Sete Barras	0,7009	0,7175	0,8035	0,5818	509
III - 0,6500 a 0,6999					
Cajati	0,6838	0,7617	0,8064	0,4844	554
Cananéia	0,6758	0,6818	0,7974	0,5482	568
Eldorado	0,6674	0,7130	0,7856	0,5046	577
Juquitiba	0,6987	0,6330	0,7782	0,6850	513
Ilha Comprida	0,6790	0,7262	0,8798	0,4311	565
Tapiraí	0,6810	0,7528	0,7630	0,5271	563
Miracatu	0,6820	0,6696	0,8012	0,5752	559
Pariquera-Açu	0,6950	0,7332	0,8490	0,5029	527
IV - 0,6000 a 0,6499					
Itaoca	0,6403	0,7144	0,7830	0,4234	601
Itariri	0,6437	0,6786	0,7864	0,4662	598
Pedro de Toledo	0,6385	0,7408	0,7863	0,3884	603
V - Menor que 0,6000					
Barra do Chapéu	0,5692	0,7436	0,7330	0,2310	622
Iporanga	0,5913	0,7118	0,7740	0,2881	617
Itapirapuã Paulista	0,5769	0,7150	0,7723	0,2434	621
Barra do Turvo	0,5476	0,6559	0,7184	0,2685	623

Fonte: FAO/ONU.

entre os níveis de pobreza mensurados pelo IDH e a renda. Os municípios mais pobres são exatamente porque seus IDHs são puxados para baixo pelo indicador de renda. No tocante à esperança de vida ao nascer, o índice regional do Vale do Ribeira (0,723) está próximo de outras regiões como a de São José do Rio Preto (0,788). Na mensuração associada à educação não há também uma grande diferença entre o Vale do Ribeira (0,842) em relação às demais. Na questão da renda, não apenas a diferença da verificada no Vale do Ribeira é enorme em relação às outras, como no contexto intra-regional a disparidade é expressiva indo dos catastróficos índices de Barra do Chapéu (0,2310), no Alto Ribeira, aos confortáveis níveis de Registro (0,9297).

Mais grave ainda é que o índice regional subiu de 0,372, em 1970, para 0,772, em 1980, estabilizando-se em 0,769 nos anos oitentas, para apresentar uma queda brusca para 0,547 em 1996. Isso mostra que, tendo passado incólume pela década perdida, o Vale do Ribeira perde renda nos anos noventas, numa queda vertiginosa da economia regional. Outro aspecto

a acrescentar é que a renda reduzida não é característica apenas de municípios cuja principal atividade econômica seja os agronegócios, como Barra do Chapéu (0,2310) e Barra do Turvo (0,2685), mas também de outros que possuem os mais importantes atrativos turísticos da região como é o caso de Iporanga (0,2881). Assim, a economia do Vale do Ribeira precisa de urgente ação mobilizadora de elementos forjadores do dinamismo econômico como o aprimoramento da infra-estrutura e o investimento produtivo.

2.2 - Leitura do Agronegócio Classificado pelos Graus de IDH

A diferenciação entre os municípios transfere-se para as atividades relacionadas ao agronegócio formando, no campo da agropecuária, um amplo mosaico de culturas em que se especializam os diversos municípios. A análise mais aprofundada dos dados regionais globais mostra uma enorme dificuldade de relacionar-se os indicadores caracterizadores da economia re-

gional com seus efeitos sociais medidos pelo IDH. Noutras palavras, nem sempre os limites que se supõem existir para uma dada atividade econômica apresentam uma relação direta com a realidade econômica e social, o que faz crer que ações públicas genéricas pensadas com os pressupostos do Planalto Paulista apresentam pouca ou nenhuma aderência à perspectiva de mudança de dinâmica regional que se pretenda implantar no Vale do Ribeira.

Na análise da ocupação do solo, por exemplo, por vezes tem sido apresentado, por segmentos de analistas, o argumento de que a existência de uma enorme proporção de reservas naturais, se, de um lado, representa uma necessidade dentro de uma macro-visão de todo o território paulista, de outro, significa uma enorme perda de oportunidades por colocar limites rígidos à expansão da atividade econômica regional, em especial as associadas ao agronegócio. Realmente, a leitura dos índices por municípios mostra, em alguns deles, uma proporção elevada da área ocupada com reservas naturais, como Cananéia (86%), Cajati (83%), Tapiraí (77%), Eldorado (74%) e Juquiá (68%). Mas nem todo o Vale do Ribeira mostra esse desenho havendo uma enorme amplitude se medida entre os extremos dos percentuais, indo de Itaoca (17%) a Cananéia (86%). Agora, o que realmente chama a atenção é que entre os municípios mais pobres encontram-se muitos daqueles com menor percentual de reservas naturais como é o caso de Itaoca (17%), Itapirapuã Paulista (19%) e Barra do Chapéu (20%) (Tabela 2). Isso significa que, mesmo tendo destruído a parcela preponderante de suas reservas naturais e incorporado essas terras às atividades econômicas, o fato não bastou para garantir um incremento substantivo da renda, ao contrário, parece ter contribuído para aumento da pobreza. Logo, não há qualquer possibilidade de sustentação para o argumento de que a preservação ambiental seria um impedimento para o desenvolvimento do Vale do Ribeira.

A existência da atividade econômica em si não garante rendas maiores, pois, quando se verifica o desempenho das lavouras no agregado contra os valores de IDH, se verifica que não há correlação entre esses indicadores, pois o município de Itariri, que está entre os mais pobres e com menor IDH, tem uma participação de 32%, enquanto que Registro, aquela municipalidade de maior índice de renda, apresenta 23%. Essa

constatação mostra que não basta instalar qualquer atividade econômica para agregar-se renda, embora também seja verdade que, nos quatro municípios mais pobres dessa região, o percentual de lavouras seja baixo (Tabela 2). A questão da competitividade sistêmica das cadeias de produção regionais, impulsionando mecanismos de agregação de valor que, principalmente, leve ao rompimento da submissão aos mecanismos do capital comercial tradicional, com sua prática de comprar ao menor preço para obter altas margens nas vendas nos grandes centros consumidores, representa um ponto estratégico para a alavancagem do agronegócio regional.

A atividade florestal, enquanto produtora de matéria-prima para a grande indústria moveleira e de papel e celulose, mostra o mesmo desempenho, pois não existe relação direta entre floresta plantada e renda. Se a avaliação for centrada na participação das pastagens, encontram-se participações similares nos dois extremos do gradiente de renda, com o Município de Registro, que possui o maior índice de renda regional tendo participação de 42%, e Barra do Turvo, listada entre os mais pobres, apresenta 47% da área com pastagens. Noutra ponta, a menor participação da pastagem também não mostrou correlação com o IDH, pois Iporanga com 13% e Jacupiranga com 12% estão colocadas em extremos de renda diferentes (Tabela 2). Esses indicadores reforçam o argumento de que a qualidade da cadeia de produção instalada, ou, mais precisamente, de que papel joga a produção local quanto à sua inserção em dada cadeia de produção como um todo; é um elemento básico da consistência do processo de desenvolvimento regional. A presença de certa atividade em si pouco representa se a parcela preponderante do valor agregado no produto final se dá fora da região, tornando-a marginal ao não internalizar mecanismos multiplicadores de renda. Isso, inclusive, no caso do Vale do Ribeira, também se aplica ao turismo, enquanto turismo episódico de passagem com a maior parcela dos dispêndios sendo efetuados fora dele e com isso pouco influenciando na dinâmica local. Ressalte-se que isso é válido para o turismo de interior e não para o litorâneo, pois o caso verificado aqui é o de Iporanga, pobre com sua Caverna do Diabo.

Procurando diferenciação dentro dos grandes agregados de ocupação do solo acima analisados, é importante verificar esse aspecto

TABELA 2 - Ocupação dos Solos nos Municípios do Vale do Ribeira, Por Faixa do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), 1996

(em hectares)

Município	Lavouras	Pastagens	Florestas	Reservas naturais	Área total
I - Mais de 0,7500					
Registro	10.096	17.883	164	14.869	43.012
II - 0,7000 a 0,7499					
Apiáí	3.057	20.500	3.455	20.045	47.057
Iguape	12.895	15.261	106	51.210	79.472
Jacupiranga	4.133	11.880	1.519	15.793	33.325
Juquiá	3.986	9.764	26	29.925	43.701
São Lourenço da Serra	129	54	144	283	610
Sete Barras	4.650	12.571	27	25.785	43.033
III - 0,6500 a 0,6999					
Cajati	13.329	12.794	936	12.178	39.237
Cananéia	405	2.663	1	18.973	22.042
Eldorado	4.948	18.589	1.841	73.317	98.695
Juquitiba	121	593	1.919	3.142	5.775
Ilha Comprida	2	0	5	5	12
Tapiraí	1.527	1.858	326	12.183	15.894
Miracatu	5.069	5.587	58	21.949	32.663
Pariquera-Açu	3.296	6.764	134	9.433	19.627
IV - 0,6000 a 0,6499					
Itaoca	401	8.723	138	1.892	11.154
Itariri	4.798	1.581	26	8.461	14.866
Pedro de Toledo	4.178	3.938	1.520	25.590	35.226
V - Menor que 0,6000					
Barra do Chapéu	1.755	8.452	1.327	2.924	14.458
Iporanga	2.258	8.569	0	54.351	65.178
Itapirapuã Paulista	2.385	17.942	1.806	5.028	27.161
Barra do Turvo	3.483	37.995	0	39.901	81.379

Fonte: FAO/ONU.

dentro das principais lavouras distribuídas no Vale do Ribeira. Verificando as 5 grandes culturas regionais, o quadro anterior não se altera substancialmente. A banana, por exemplo, pode ser encontrada enquanto lavoura principal seja em Registro ou em Itariri e Pedro de Toledo, ou seja, tanto entre municípios de alto IDH como de baixo IDH. O chá, com efeito restrito ao entorno de Registro e se mostrando decadente, não produziu índices mais favoráveis para Pariquera-Açu. O palmito de Iguape e Cajati segue o mesmo ritmo, assim como os cereais e as olerícolas. Obviamente, Apiáí, que se mostra importante centro de tomate de mesa com hegemonia no fornecimento para o consumo paulistano em alguns meses do ano, tem como foco de sua dinâmica econômica a exploração de seus recursos minerais, sendo um município atípico para análise dos agronegócios, ainda que também tenha baixo IDH. Chama a atenção, entretanto, o fato de que a concentração da produção de cereais se dê, como lavoura mais relevante, nos quatro municípios mais pobres (Tabela 3). Num sentido geral, a presença das lavouras como atividade importante não dife-

renciou os municípios do Vale do Ribeira quanto ao seu desenvolvimento humano, mostrando que não basta expandi-las pura e simplesmente, sem agregar valor a esse produto para multiplicar a renda na região, evitando-se que tal renda seja multiplicada em outros lugares.

A análise do rebanho bovino não altera o perfil da análise anterior. Verifica-se que, na maioria dos municípios, prevalece a pecuária mista em quase todo o Vale do Ribeira, mostrando que a maioria dos pecuaristas atua no sentido da dupla aptidão de seus rebanhos. A especialização da pecuária, tal como mostram os indicadores regionais, reprisa o perfil de conclusões tiradas para as lavouras, uma vez que as criações de bovinos de corte podem ser encontradas como atividades relevantes dentro da pecuária bovina tanto em municípios de baixo IDH, como Barra do Turvo (38%), como de alto IDH, como Registro (32%). No caso dos bovinos de leite repete-se o fato, pois Itariri, que perfila dentre os menores IDHs, apresenta percentual de 48%, e Iguape, dentre os maiores, chega a 32%, embora todos sejam muito menos favorecidos em termos

TABELA 3 - Principais Lavouras dos Municípios do Vale do Ribeira, por Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), 1996

(em hectares)					
Município	Banana	Chá	Palmito	Cereais	Olerícolas
I - Mais de 0,7500					
Registro	4.626	2.877	30	758	32
II - 0,7000 a 0,7499					
Apiáí	0	0	0	2.150	1.582
Iguape	2.733	0	8.491	250	726
Jacupiranga	3.524	0	78	260	2
Juquiá	3.113	0	362	9	30
São Lourenço da Serra	2	0	0	23	64
Sete Barras	4.112	21	21	325	25
III - 0,6500 a 0,6999					
Cajati	5.158	0	7.918	96	31
Cananéia	322	0	0	35	3
Eldorado	4.004	0	37	402	55
Juquitiba	0	0	0	47	119
Ilha Comprida	0	0	1	0	0
Tapiraí	458	398	50	166	298
Miracatu	4.702	0	22	8	47
Pariquera-Açu	276	1.020	6	56	16
IV - 0,6000 a 0,6499					
Itaoca	4	0	0	396	3
Itariri	4.530	0	57	28	94
Pedro de Toledo	3.719	0	32	142	12
V - Menor que 0,6000					
Barra do Chapéu	0	0	0	1.648	163
Iporanga	166	0	961	1.051	2
Itapirapuã Paulista	6	0	0	2.137	2
Barra do Turvo	672	0	0	2.508	0

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Projeto LUPA.

de renda que em Registro, onde o perfil dos bovídeos é preponderantemente de corte, com a presença relevante da bubalinocultura (26%), o que ocorre também em Iguape (22%) e Pariquera-Açu (13%) (Tabela 4). No geral, a presença da pecuária bovina no Vale do Ribeira, nos moldes atuais, não altera sua dinâmica econômica e social.

Para completar a análise da complexidade que encerra o Vale do Ribeira, é importante verificar qual a relação entre o IDH e alguns indicadores que possam refletir a intervenção de políticas públicas. E mais uma vez o quadro revela ausência de correlação. O Índice de Gini, tomado como indicador de concentração fundiária, mostra que há municípios pobres com elevada concentração como Barra do Turvo (0,8588) e com menor concentração como Itapirapuã Paulista (0,6173), e o de maior IDH, que é Registro, tem um índice de Gini menor (0,6506). Quanto à Assistência Técnica aos agropecuaristas revela-se o mesmo perfil, pois Iporanga, com 95% de agropecuaristas assistidos, está dentre os mais pobres e Registro, com apenas 43% de agropecua-

ristas com acesso à assistência técnica, é o de mais alta renda regional. O quadro se reproduz quando se verifica o acesso ao crédito rural, à análise de solo e à instrução formal do proprietário, pois não se visualizam relações entre os indicadores dessas políticas públicas e o IDH (Tabela 5). Um aspecto que talvez explique o pouco impacto dessas políticas públicas está relacionado à menor intensidade do acesso às mesmas por parte dos agropecuaristas do Vale do Ribeira quando comparado com as demais regiões paulistas, o que exigiria um significativo esforço de aumentar-se a estrutura pública regional, tornando-a capaz de amplificar seu atendimento.

Dessa maneira, a realidade do Vale do Ribeira, longe de apresentar uma estrutura uniforme, mostra uma grande heterogeneidade estrutural intra-regional, talvez com diferenças relativas até maiores que as encontradas entre as médias regionais e as de outras áreas do Planalto Paulista. No tocante à intervenção pública denota-se que, num quadro de realidade econômica pouco dinâmica, os efeitos dessa ação estatal, se centrada em serviços sociais, produzem

TABELA 4 - Característica dos Rebanhos dos Municípios do Vale do Ribeira, por faixa do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), 1996
(em nº de cabeças)

Município	Bovinos de corte	Bovinos mistos	Bovinos de leite	Bubalinos	Total
I - Mais de 0,7500					
Registro	3.665	3.993	997	2.971	11.622
II - 0,7000 a 0,7499					
Apiáí	247	6.843	145	344	7.579
Iguape	4.265	1.355	135	1.605	7.360
Jacupiranga	2.773	1.675	2.180	103	6.791
Juquiá	504	8.155	110	70	8.839
São Lourenço da Serra	0	0	0	0	0
Sete Barras	1.045	8.409	1.246	917	12.217
III - 0,6500 a 0,6999					
Cajati	3.912	3.547	36	51	7.546
Cananéia	206	862	31	186	1.285
Eldorado	3.109	10.273	670	365	14.417
Juquitiba	0	201	439	0	640
Ilha Comprida	0	0	11	0	11
Tapiraí	1.016	806	0	0	1.822
Miracatu	925	2.584	1.371	179	5.059
Paríquera-Açu	568	2.448	541	524	4.081
IV - 0,6000 a 0,6499					
Itaoca	356	4.433	1.426	0	6.215
Itariri	214	450	572	2	1.188
Pedro de Toledo	511	2.020	294	141	2.966
V - Menor que 0,6000					
Barra do Chapéu	68	3.719	4	2	3.793
Iporanga	237	4.526	110	155	5.028
Itapirapuã Paulista	139	6.231	0	140	6.510
Barra do Turvo	4.634	6.870	189	420	12.113

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Projeto LUPA.

TABELA 5 - Outros Indicadores Estruturais Agrários dos Municípios do Vale do Ribeira por Faixa do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Município	Índice de Gini	Assistência técnica (%)	Análise de solo (%)	Crédito rural (%)	Instrução formal (%)
I - Mais de 0,7500					
Registro	0,6506	43,04	28,23	10,29	95,10
II - 0,7000 a 0,7499					
Apiáí	0,7665	64,40	23,40	9,80	36,80
Iguape	0,8033	41,8	13,34	1,40	89,20
Jacupiranga	0,7251	59,12	14,42	7,85	66,97
Juquiá	0,6586	39,87	5,77	1,73	94,95
São Lourenço da Serra	0,7578	58,82	64,71	11,76	88,24
Sete Barras	0,6811	57,89	42,55	31,4	98,96
III - 0,6500 a 0,6999					
Cajati	0,8024	14,72	15,1	3,52	68,33
Cananéia	0,6917	34,18	5,06	5,06	62,03
Eldorado	0,8584	21,48	10,74	2,69	82,81
Juquitiba	0,8279	78,82	22,94	1,83	97,25
Ilha Comprida	0,0000	0	0	0	0
Tapiraí	0,7911	4,02	28,57	0	91,96
Miracatu	0,6919	71,99	17,73	9,22	97,87
Paríquera-Açu	0,7201	60,76	13,96	2,79	67,32
IV - 0,6000 a 0,6499					
Itaoca	0,6405	5,92	0	0,31	37,34
Itariri	0,6667	9,76	18,22	0,87	77,87
Pedro de Toledo	0,7800	93,25	3,62	1,48	90,44
V - Menor que 0,6000					
Barra do Chapéu	0,6428	9,73	12,08	1,68	69,46
Iporanga	0,8161	95,00	1,50	1,00	73,48
Itapirapuã Paulista	0,6173	1,61	0,80	0,40	71,49
Barra do Turvo	0,8588	44,29	0,28	0	63,33

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Projeto LUPA.

quase nenhum efeito no conjunto da realidade regional, chegando mesmo a promover uma seleção perversa onde os que têm acesso a melhores oportunidades fora da região, ao vislumbrarem esse potencial, acabem se deslocando e com isso vai o capital intelectual e produtivo. Intervir nessa realidade é antes de mais nada alterar a estrutura de capital dominante no agronegócio do Vale do Ribeira, levando ao rompimento com a dominação do velho e arcaico capital comercial que drena riqueza do Vale do Ribeira para outras regiões, e dentro do Vale de municípios pobres para com o centro regional. É preciso antes de mais nada inventar o novo capital produtivo na região para alterar sua perversa dinâmica econômica.

Finalizando, mais que em qualquer outra região paulista, a aplicação em larga escala do desenho de políticas públicas centradas nos conceitos de cadeia de produção e de agregação de valor dentro delas é uma necessidade inexorável do desenvolvimento regional sustentável como o Vale do Ribeira. Forjar mecanismos de produção básica local com a implantação do princípio da máxima multiplicação das potencialidades de geração de renda na cadeia de produção, com qualidade certificada para acessar com produtos finais diferenciados e elaborados, é o desafio exigido para obter-se sucesso nessa região. Outro ponto é não insistir em atividades em que não há a mínima possibilidade de concorrência com a produção e a logística do Planalto como os cereais. E tudo isso, mais uma vez reprisando, criando um novo capital produtivo agrário regional, moderno o suficiente para mudar a dinâmica local e não apenas drenar renda no plano inter e intra-regional. E isso é papel do Estado, incompatível com o Estado Mínimo.

3 - À GUIA DE CONTRIBUIÇÃO: proposta de implantação da moderna horticultura de mesa como base para o desenvolvimento regional

A transformação da realidade de regiões marginais concentra-se na realização de investimentos que alterem a dinâmica do processo econômico. Um vigoroso movimento de acumulação capitalista decorrerá da mudança da estrutura do capital dominante. Assim, serão absolutamente improdutivas alocações de recursos que

redundem na mera expansão, ainda que no sentido de aumento de produtividade, nas atividades tradicionais. O que se exige para dar partida a um processo de mudança estrutural é compor um desenho de investimento que modifique a base produtiva no sentido de incorporar novos ramos de produção, aí sim, aproveitando a existência de insumos regionais nos quais existem vantagens comparativas. Noutras palavras, a existência abundante de dado fator de produção pouco representa se essa vantagem comparativa não for induzida pelo investimento a se transformar numa vantagem competitiva. Corolário disso, é que o investimento deve representar um passo adiante na mudança do perfil do capital produtivo dominante na região. Assim, aplicar recursos de maneira dispersa, sem um foco nítido num projeto de mudança da dinâmica econômica regional, significa amplificar e não reduzir a desigualdade existente.

A transformação do Vale do Ribeira deve partir daquilo que representa o principal seguimento da velha economia para a partir dele fazer emergir um novo como superação do velho no processo histórico. Esse desenhar do novo segmento econômico consiste em transformar o velho modelo produtivo implantado fazendo a reengenharia de sua base estrutural. No agronegócio isso implica entender que a produção de banana representa a mais importante base geradora de emprego e renda da economia regional e que, de forma alguma, qualquer solução consistente para a baixa renda do Vale do Ribeira deva representar na marginalização dessa cadeia de produção. Ainda que outras atividades sejam relevantes para agregar possibilidades adicionais de produção de riqueza e de oportunidades de trabalho, nenhuma delas, nem o conjunto das mesmas, terá capacidade de suplantar a banana como grande negócio regional, mesmo porque a substituição da banana pode significar perda líquida de riqueza e renda. Assim, a grande prioridade do núcleo central do Vale do Ribeira, representado pelo eixo Cajati-Registro-Itariri, é erger o moderno complexo produtivo bananeiro, permitindo a concretização de indicadores de produtividade e qualidade que o faça competitivo no contexto internacional.

Da mesma forma, o diagnóstico macrorregional indica que há de se proceder a criação de alternativas também consistentes para as outras zonas do Vale do Ribeira, em especial pa-

ra o Alto Vale do Ribeira. Essa realização transcende a lógica do denominado “miolo do Vale”, ou seja, o Vale bananeiro, para agregar numa concepção mais ampla da agregação de valor do grande complexo produtivo da horticultura de mesa, ganhando competitividade pela interação inter-regional. Nesse planejamento, uma rica cesta de frutas frescas e de olerícolas frescas pode ser composta para a macrorregião envolvendo o Baixo Vale do Ribeira, o Alto Vale do Ribeira e o Alto Paranapanema. Congrega-se, assim, tanto a vertente oceânica da Serra do Mar como os contrafortes da Serra de Paranapiacaba do lado da Depressão Periférica Paulista, que, no seu conjunto, abriga uma ampla zona caracterizada por indicadores sociais postados entre os mais baixos da sociedade paulista e brasileira.

Numa estratégia de construção de um forte e competitivo segmento da cadeia de produção de frutas de mesa, essa macrorregião apresenta vantagens comparativas notáveis no plano estadual e nacional. Transformar essa oportunidade em realidade, erguendo vantagens competitivas sustentáveis, é o desafio do agronegócio regional. Pode-se ter uma cesta de frutas altamente qualificada envolvendo uma fruta tropical, a banana; duas frutas subtropicais, a tangerina e a laranja de mesa, e uma fruta de clima temperado, o pêssego. Pensar essas cadeias de produção como parte de um todo representado pelo complexo produtivo de frutas de mesa a ser erguido nessa ampla zona geográfica, aproveitando a logística existente e completando-a com os investimentos necessários, seja no setor de transporte ou de pós-colheita de frutas, consiste num projeto prioritário para a região. Isso envolve, além do investimento produtivo que coloque o moderno capital produtivo na governança do processo econômico local, abordagens que conduzam à mudança cultural para os fruticultores regionais no sentido da organização produtiva e na adoção de sistemas modernos de cultivo e pós-colheita organizados em cima dos preceitos de alta produtividade e qualidade certificada. Essa é a grande prioridade capaz de alterar a dinâmica econômica regional alavancando os indicadores de renda que comprometem o IDH regional, fazendo-o socialmente dramático.

A construção de uma base competitiva de frutas frescas implica uma mudança profunda da estrutura das cadeias de produção regionais. No caso da banana, por exemplo, iniciando-se

pelos pomares, verifica-se que 73,3% dos bananais estão em áreas menores que 50ha que detém 69,7% do número de plantas. Dos proprietários, 61% não têm instrução formal ou completaram apenas até o antigo primário, sendo que poucos participam de organizações da categoria, 17% em número que respondem por 14% da área plantada (PINO et al., 2000). Esse quadro se mostra inconsistente com a modernidade do complexo bananeiro, fato agravado pela estrutura de comercialização tradicional. Dos bananicultores, 47% vendem suas frutas para os caminhoneiros; 25%, para atacadistas do interior; 8%, para atacadistas com climatização própria e 13%, diretamente para varejistas (CRUZ e GALEAZZI, 1997). Portanto, a regra geral da bananicultura do Vale do Ribeira é a prevalência do mecanismo tradicional de produção e comercialização que a caracteriza com uma mera seqüência de produção, por não ter desenvolvido mecanismos de coordenação vertical compatível com uma moderna cadeia de produção cuja competitividade se dá pela alta produtividade e qualidade certificada.

Os pressupostos da moderna propriedade bananeira, que não é incompatível com o agronegócio familiar, estão associados à alta profissionalização das famílias bananeiras. Isso implica na redução drástica do analfabetismo e no maior padrão educacional daqueles com reduzida instrução. A complexidade da produção biológica para a qualidade exige alta compreensão e capacidade de interação com processos da relação solo-água-planta. A formação profissional necessária para executar as tarefas produtivas, nesse caso, sustenta-se em capacidade interpretativa muito superior ao domínio exigido para o padrão tecnológico dos grãos e fibras. Não se trata de adicionar dado insumo ou do uso de uma máquina, o que pode ser suprido com treinamento convencional, mas de interferir no processo biológico. Dessa forma, a formação do capital intelectual adequado representa um passo fundamental para o sucesso do moderno complexo produtivo da banana de mesa. Isso independe do tamanho da propriedade, ao contrário, uma propriedade familiar de elevado padrão tem enormes chances de ser competitiva.

Outro aspecto corresponde à articulação do conjunto de propriedades familiares com os *packing-houses*, uma vez que a escala na banana de mesa está dada pela logística de pós-colheita. O primeiro ponto a considerar está liga-

do à estruturação de bairros rurais bananeiros onde poderiam se concentrar casas de pós-colheita para tratamento da fruta como a retirada do engaço, estruturação dos buques (penca com cinco dedos de banana), tratamento fúngico e embalagem. Essas estruturas de pós-colheita localizadas nos bairros rurais poderiam ser formadas por consórcios de pequenos bananicultores. Até a armazenagem por períodos curtos poderia ser integrada a esse consórcio. O segundo ponto está associado ao transporte adequado, à climatização e armazenagem em grande escala, cujo capital necessário é em maior volume e necessariamente vincula-se ao capital comercial que realizará as operações de transação para os mercados de destino, que exigem escalas maiores pelos volumes de negócios. A questão da marca pode perfeitamente ser definida associando-se a origem à qualidade, com selo definindo a banana pela sua procedência, bairro a bairro. Isso inclusive poderia funcionar dentro de uma estratégia de promover uma disputa pela qualidade superior centrada nas ações entre os bairros.

A dispersão que envolve esse processo só não será um problema se, paralelamente, adotar-se o mecanismo da produção contratada. O contrato de produção, ao par de definição da metodologia para fixação dos preços reduzindo drasticamente as elevadas amplitudes de variação, deve prever ágios de deságios fixados em relação ao tipo padrão de qualidade, de maneira a remunerar, assim, os esforços dos bananicultores com maior esmero na obtenção de qualidade superior. A venda de produtos no mercado aberto, descontratualizado, normalmente coloca frente a frente vendedores de perecíveis dispersos, ou seja, com quase nenhum poder de barganha frente ao comprador. Como as vendas são individuais, não há o cotejo comparativo das qualidades e com isso tudo acaba sendo vendido a um preço dado para um padrão nem sempre transparente. As perdas acabam sendo maiores para os vendedores que não são estimulados a produzirem com base em padrões gerais para a banana, fixados a partir de normas internacionais, fundamentais numa economia globalizada. A produção local de um produto global só poderá ocorrer com sucesso pela formalização desses requisitos em contratos de produção lastreados na qualidade.

O processo de implantação desse moderno complexo produtivo de hortaliças de mesa,

tendo como base a banana do "miolo do Vale", o tomate e outras hortaliças do Alto Ribeira, as frutas temperadas dos contrafortes da Serra de Paranapiacaba e o citrus do Alto Paranapanema, ao que podem ser agregadas outras alternativas como a pupunha e flores, exige um papel particular da estrutura pública regional de suporte ao desenvolvimento. Desde logo, a base técnica para as lavouras e criações dessa região de forma alguma pode ser transplantada do Planalto Paulista, dadas as especificidades sociais, culturais, econômicas e edafoclimáticas. A geração e a adaptação do conhecimento devem estar baseadas no pressuposto da pesquisa com foco na região, atuando por equipes multidisciplinares orientadas para o atendimento da demanda das cadeias de produção existentes e potenciais. Surge então na plenitude a necessidade de organizar-se o pólo de desenvolvimento tecnológico dos agronegócios como base estratégica da pesquisa pública. Outra particularidade consiste na extensão rural que, além de atuar decisivamente na organização de agentes das cadeias de produção, mais que em qualquer região no Vale do Ribeira, atuação com agentes do desenvolvimento articulando todos os instrumentos disponíveis de intervenção governamental, constitui-se numa prioridade absoluta e condição de sucesso.

Outro aspecto estratégico consiste na estruturação da logística da produção de banana, integrando-a com o Alto Ribeira e o Alto Paranapanema. Essa realização teria como base: a) estruturação da moderna logística de frutas frescas, internalizando padrão mundial de transporte sobre ferrovias, a partir da utilização plena do Cajati-Santos que corta o núcleo da zona bananeira regional; ligando-a ao ramal Itapeva-Apiá, o que integraria as duas zonas produtivas; b) modificação do nexos central da cadeia de produção representado pelo pós-colheita, com a incorporação do sistema de *packing-house* centrado na qualidade em 3 pontos da zona bananeira (Cajati-Registro e Pedro de Toledo), articulado com base nas modernas *trading companies* de comercialização. Para isso, pode ser utilizada a estratégia de consolidar uma *trade* paulista de frutas frescas multiproduto, incorporando o pêssego da Bacia do Paranapanema e os citrus de mesa do Sudoeste. Nesse aspecto, a Fischer, que já atua na maçã, na laranja e nos sucos cítricos, poderia ser estimulada a assumir esse papel com o investimento na banana, ou ainda tentar-se a for-

mação de um *board* de associações para banana, caminho mais difícil frente à realidade regional de baixa coesão cooperativa. De qualquer forma, sem alterar-se a concepção desse núcleo de cadeia produtiva, modificando o perfil do capital produtivo dominante, pouco sucesso será obtido e o Vale do Ribeira pode perder competitividade de sua principal fonte de renda; e c) resolvidas as questões de logística com a concepção de ação articulada de cadeia de produção com base na qualidade certificada, a evolução do processo depende de suporte técnico no campo da informação, formação de capital intelectual, certificação de qualidade e adaptação e transferência ao conhecimento.

Ressalte-se que a constituição de um amplo complexo produtivo de hortaliças de mesa para o desenvolvimento do agronegócio do Vale do Ribeira necessariamente deveria visualizar a amplitude mais ampla de abrangência regional, incluindo o Alto Paranapanema, com o que esta-

riam sendo contempladas as principais zonas de pobreza do território paulista. Ao mesmo tempo em que se busca alterar a dinâmica econômica a partir de um investimento em novas fontes de renda e de trabalho, ampliando fronteiras da economia local com agregação não apenas de novas alternativas como de valor pela maior qualificação do produto. Um projeto de desenvolvimento regional envolvendo essa ampla zona do Sul Paulista convergeria para importantes ganhos na redução da disparidade inter-regional dentro do Estado. A opção pela montagem da cadeia de produção de hortaliças de mesa com os padrões de competitividade compatíveis com os vigentes no mercado internacional, ao mesmo tempo em que alavancaria oportunidades para a imensa gama de unidades de produção familiares existentes, teria o condão de promover o desenvolvimento sustentável, porque baseado na menor regressividade social, e ser compatível com a questão ambiental.

LITERATURA CITADA

CRUZ, V. L. R.; GALEAZZI, M. A. M. Caracterização da bananicultura visando sua performance exportadora: um estudo de caso da Divisão Regional Agrícola (DIRA) de Registro - SP. **Cadernos de Debates**, Campinas, v. 5, p. 77-108, 1997.

PINO, F. A. et al. A cultura da banana no Estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 30, n. 6, p. 45-75, jun. 2000.

AGRONEGÓCIO NO VALE DO RIBEIRA: caracterização da realidade e proposta de intervenção numa região carente

RESUMO: O trabalho analisa a realidade do Vale do Ribeira mostrando que não apenas essa região concentra um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do território paulista como também esse desempenho está inexoravelmente vinculado à renda. Por outro lado, ficou demonstrado que ocorre uma enorme desigualdade inter-regional na medida em que em Registro (sede regional) verifica-se IDH acima da média estadual e no Alto Ribeira (Barra do Chapéu e Itapirapuã Paulista) encontram-se as áreas mais pobres do Estado. Outro aspecto refere-se à constatação de que não existe embasamento para o argumento de que as restrições de uso do solo pela legislação ambiental estariam impedindo o desenvolvimento regional, pois municípios amplamente desmatados estão listados entre os menores índices de renda. A questão central está ligada à conformação do capital produtivo dominante nas atividades regionais que não atende ao padrão moderno de desenvolvimento da dinâmica econômica. Finalizando, é proposta a consolidação de um pólo de frutas frescas competitivo pela alta produtividade e qualidade superior.

Palavras-chave: desenvolvimento regional, agronegócio, frutas frescas, exclusão social.

**AGROBUSINESS IN THE RIBEIRA VALLEY:
reality characterization and intervention proposal for a needy region**

ABSTRACT: *This work analyzes the Ribeira Valley's reality, showing not only that this region concentrates one of the highest human development rates (HDRs) in São Paulo state, but also that this performance is inexorably income-related. It also shows that a huge inter-regional inequality occurs: whereas an above the state HDR average is verified in the regional headquarter in Registro, the poorest areas of the state can be found in Alto Ribeira (Barra do Chapéu and Itapirapuã Paulista). Another aspect refers to the verification that the argument that soil use restrictions by the environmental legislation would be hampering regional development is groundless: widely deforested municipalities happen to be listed among the lowest income rates. The central issue concerns the prevalent conformation of the productive capital in regional activities that do not comply with the modern pattern of development of the economic dynamics. Finally, the consolidation of a fresh fruit pole, competitive by its high productivity and superior quality, is proposed.*

Key-words: *regional development, agrobusiness, fresh fruit, social exclusion.*

Recebido em 20/12/2000. Liberado para publicação em 27/12/2000.